



Proc. Administrativo 051/2023

Adriana S. - SEMSUP De:

Para: SEMAD-SP - Setor de Planejamento

Data: 14/04/2023 às 14:44:03

Setores envolvidos:

SEMSUP, SEMAD-SP

requisição 202 - dispensa para aquisição de cesto aéreo para o caminhão da iluminação publica

Adriana Candida Sluzovski

aux. administrativo

Anexos:

1_c_cnd_federal.pdf

1_d_CRF_FGTS_01_05_2022.pdf

1_e_cnd_estadual.pdf

1_f_CND_Municipal.pdf

1_g_CND_CNDT.pdf

1_k_CNH_Digital_marlon.pdf

1_k_Procuracao_Marlon.pdf

23_Cartao_CNPJ.pdf

5_Contrato_social_novo_26_10_2021.pdf

Declaração do Ordenador de Despesas.docx

declaracoes.pdf

JUSTIFICATIVA dispensa cesto aereo.docx

orcamento_Comercial_Guindasul.pdf

orcamento_ecosol.pdf

orcamento_imap.pdf

PLANILHA_DE_VALORES_.docx

requisicao 202 cesto caminhao iluminacao.docx

RG_frente_verso_Gladis_02_06_2022.pdf

TERMO_DE_CIENCIA_FISCAL_.docx



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA

CNPJ: 04.930.262/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 18:50:26 do dia 16/02/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 15/08/2023.

Código de controle da certidão: **C594.F70D.8E1F.958E** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.930.262/0001-06

Razão
Social:

ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA

Endereço: ROD CRISTOVAO PEREIRA DE ABREU RS 030 195 / PASSO DOS RAMOS /

SANTO ANTONIO DA PATRULHA / RS / 95500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

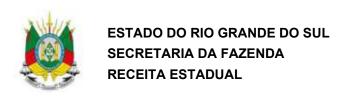
Validade: 02/04/2023 a 01/05/2023

Certificação Número: 2023040200463434139396

Informação obtida em 04/04/2023 08:11:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



Nome: ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA

CNPJ base: 04.930.262/

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos 04 dias do mês de ABRIL do ano de 2023, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão NÃO comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual Lei n° 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

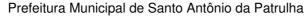
Esta certidão é válida até 2/6/2023.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **23617022** Autenticação: **33735621**







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Inscrição Municipal : 42055

Nome do : ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA

CPF/CNPJ : 04.930.262/0001-06

Endereço : ROD. CRISTOVÃO PEREIRA DE ABREU, 195, RS 030

Bairro : PASSO DOS RAMOS

Cidade/UF/CEP : SANTO ANTONIO DA PATRULHA/RS/95500-000

Ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que consta(m) pendência(s) em seu nome, relativo(s) a tributo(s) municipal(s), cuja exigibilidade está suspensa, nos termos do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional(CTN).

Cetidão emitida com base na LCM nº 058/2010 e Decreto nº 575/2010

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br, opção Serviços ao Contribuinte.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da Certidão Negativa

Emitida às 14:25

Código de controle da certidão: 7DYM.YNZ7.KHFK.CFBO

Esta Certidão é válida por 90 dias. Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Santo Antônio da Patrulha, 07 de Março de 2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.930.262/0001-06 Certidão nº: 12227642/2023

Expedição: 22/03/2023, às 11:12:33

Validade: 18/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.930.262/0001-06, NÃO CONSTA como É

inscrito(a) no CNPJ sob o n° 04.930.262/0001-06, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 33.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

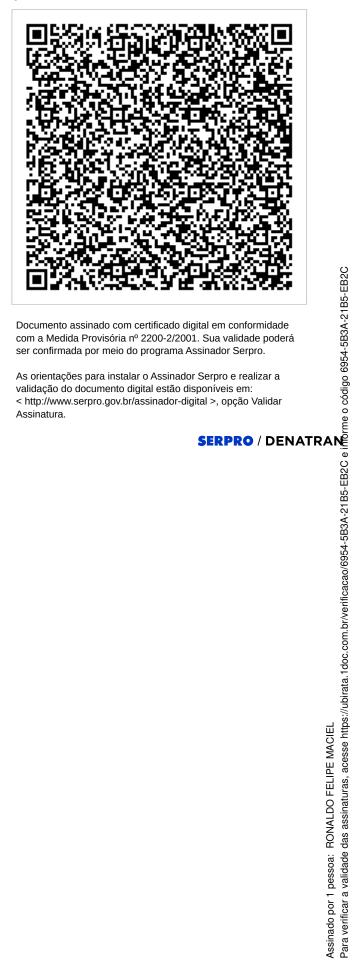
TINFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em 9

estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes. de execução de acordos firmados perante o Ministério Público d $ar{Q}$ Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.930.262/0001-06, com sede à Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu – RS 030, nº 195, Bairro Passo dos Ramos, Santo Antônio da Patrulha - RS, neste ato representada por sua Responsável Legal GLÁDIS TERESINHA MENDES DA ROCHA, brasileira, divorciada, Bacharel em Direito, residente e domiciliada na Rua Pedro Elesbão da Silveira, 4515, Rincão da Palmeira, município de Santo Antônio da Patrulha - RS, portadora da Cédula de Identidade nº 8007971611 (SSP/RS) e inscrita no CPF/MF sob o nº 509.661.540-53.

OUTORGADO: MÁRLON VIANA FERNANDES, brasileiro, solteiro, analista de licitações, residente e domiciliado na Rua Marcolino de Carli, 242, Bairro Várzea, em Santo Antônio da Patrulha - RS, portador da Cédula de Identidade nº 1061321855 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 961.762.530-04.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de mandato, a OUTORGANTE nomeia constitui o OUTORGADO como seu procurador, a quem confere poderes amplos e gerais para que o mesmo represente a OUTORGANTE em todo e qualquer processo licitatório, seja qual for a modalidade e o tipo, perante qualquer órgão ou entidade pública situados no Brasil, nas esferas federal, estadual e municipal, podendo, para tanto, efetuar cadastro; apresentar, requerer e retirar quaisquer documentos, em todas as fases da licitação; apresentar propostas, ofertas e intermediar negociações ou lícitos compromissos; impugnar editais e interpor os recursos previstos em lei; participar dos atos licitatórios e assinar pela OUTORGANTE; representar a OUTORGANTE, e assinar por ela, nos contratos administrativos resultantes da licitações das quais a mesma for considerada vencedora; apresentar, requerer e receber certidões, atestados ou qualquer outro documento que vier a ser necessário para atender as exigências de edital licitatório, perante entidades públicas ou privadas, ou qualquer autoridade; enfim, proceder em todos os atos que forem necessários ao bom e fiel cumprimento do mandato, sem necessidade de prévia autorização ou ulterior ratificação da OUTORGANTE, prestando-lhe apenas as devidas e ulteriores contas, na forma da lei, podendo ainda substabelecer a terceiros, de forma específica para cada licitação, mas com reservas de iguais, os poderes ora conferidos no presente mandato. PRAZO DO MANDATO: o mandato, ora conferido ao OUTORGADO, tem prazo de validade e eficácia de UM (61) ANO, a contar da presente data, extinguindo-se automaticamente após alcançado seu termo final.

Santo Antônio da Patrulha, RS, 18 de Abril de 2022.

ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA Gládis Teresinha Mendes da Rocha



ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA

Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu – RS 030, nº 195 – Passo dos Ramos Santo Antônio da Patrulha / RS - CEP: 95.500-000 – Fone / Fax: 51 3662-8515 / 3662-8545

E-mail: licitacao@ecosol.com.br

Assinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.930.262/0001-06 MATRIZ | | NSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DASTRAL | DATA DE ABERTURA 18/01/2002 |
|--|--|--|--|
| NOME EMPRESARIAL ECOSOL SOLUCOES E | COLOGICAS LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO ECOSOL | O (NOME DE FANTASIA) | | PORTE DEMAIS |
| | /IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de outras máquinas e equipame | ntos de uso geral não especificados | s anteriormente, peças e |
| 8.22-4-01 - Fabricação cessórios 8.22-4-02 - Fabricação cessórios 8.25-9-00 - Fabricação 3.21-0-00 - Instalação 68.11-4-00 - Coleta de re 8.21-1-00 - Tratamento 8.39-4-01 - Usinas de c 5.11-1-01 - Comércio a 5.11-1-02 - Comércio a 5.11-1-03 - Comércio p 5.11-1-04 - Comércio p 6.63-0-00 - Comércio a 4.90-1-99 - Outras ativi | de máquinas, equipamentos e ap de máquinas e equipamentos pa de máquinas e equipamentos ind esíduos não-perigosos e disposição de resíduos não-pe ompostagem varejo de automóveis, camionet varejo de automóveis, camionet or atacado de automóveis, camio or atacado de caminhões novos tacadista de Máquinas e equipan dades profissionais, científicas e | erigosos as e utilitários novos as e utilitários usados onetas e utilitários novos e usados | o de cargas, peças e peças e acessórios |
| 06-2 - Sociedade Empi OGRADOURO ROD CRISTOVAO PERE | EIRA DE ABREU - RS 030 | NÚMERO COMPLEMENTO ******** | |
| DEP 95.500-000 | BAIRRO/DISTRITO PASSO DOS RAMOS | MUNICÍPIO SANTO ANTONIO DA PATRI | ULHA UF RS |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO Financeiro@hotmail.cor | n | TELEFONE (51) 3662-8515 | |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ ***** | VEL (EFR) | | |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | | ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 3/11/2005 |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAS | TRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL | | | ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/04/2023 às 11:09:09 (data e hora de Brasília).

Assinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL

Página: 1/1

| | | | | | | | 1.10 = = | | | | |
|---------------|-------------------------------|---|-------------------------|---|---|------------|----------------------|------------------|-------------------|--------------------------------------|--|
| | Secre Depar | ério da Econo taria de Gove tamento Naci taria de Dese | rno Digita onal de R | | esarial e Integraç o e Turismo | ao | № DO PRO | OTOCOLO (Uso da | Junta Comercial) | | |
| | sede ou filial m outra UF) | | Código da Jurídica | Natureza | Nº de Matrícula de Auxiliar do Comér | | | | | | |
| | 20482 | | 2 | 2062 | | | | | | | |
| 1 - REC | QUERIMEI | OTV | | | • | | • | | | | |
| | | ILMO(A). | SR.(A) I | PRESIDEN | TE DA Junta | Comercial | l, Industria | al e Serviços do | Rio Grande do | Sul | |
| Nome: | <u>I</u> | ECOSOL SOL | UCOES | ECOLOGICAS | S LTDA | | | | | | |
| | (| da Empresa d | ou do Aae | ente Auxiliar d | o Comércio) | | | | Nº FCN/RI | EMP | |
| • | V.Sª o def | erimento do s | eguinte a | | -, | | | | | | |
| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | | DESCRIÇÃO | DO ATO / EVE | NTO | | | RSE: | 2100358817 | |
| 1 | 002 | | | ALTERACA | | | | | | | |
| | | 028 | 1 | | DE FILIAL EM O | | | | | | |
| | | 051 | 1 | | ACAO DE CONT | | | | | | |
| | | 206 | 1 | PROCURAC | AO (QUANDO I | NSERIDA NO | O PROCESS | SO) | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | S.F | | TONIO DA PA Local Outubro 202 Data | | No As | ome: ssinatura: _ | | Agente Auxiliar d | do Comércio: | 6954-5B3A-21B5-EB2C |
| 2 - USC | DA JUN | TA COMERC | CIAL | | | | | | | | o S |
| DEC | CISÃO SING | GULAR | | | | DEC | CISÃO COL | EGIADA | | | cód |
| Nome(s) | | al(ais) igual(a | is) ou ser | melhante(s): | SIM | | | | | so em Ordem decisão // Data | ata. 1 doc. com. br/veriticacao/6954-5B3A-21B5-EB2C e informe q cód/go/6954-5B3A-21B5-EB2C |
| ∏ Nâ | С | _/ 9ata | Resp | ponsável | NÃO _ | // Data | | Responsável | Res | sponsável | ao/6954-5E |
| _ | O SINGUL | | | | | 2ª Exigêr | ncia | 3ª Exigência | 4ª Exigência | 5ª Exigência | icac |
| = | | | | cho em folha a | nexa) | | 1 | | <u> </u> | | Verit |
| = | | rido. Publique | | uive-se. | | | J | | | | n.br/ |
| ∐ Pro | cesso indef | ferido. Publiqu | ıe-se. | | | | | | | | COn |
| | | | | | | | | _ | // | | doc |
| | | | | | | | | | Data | Responsável | ata. 1 |
| DECISÃ | O COLEGI | ADA | | | | 2ª Exigêr | ncia | 3ª Exigência | 4ª Exigência | | |
| Pro | cesso em e | exigência. (Vic | le despac | cho em folha a | nexa) | | 1 | | | | 1//:sd |
| = | | rido. Publique | | uive-se. | | | J | Ш | Ш | 니핑 | htt |
| ☐ Pro | cesso indef | ferido. Publiqu | ıe-se. | | | | | | | PE MACIE | esse |
| | / | /_ | | | | | | | | <u></u> | , ac |
| | | Data | | | | Vogal | | Vogal | | Vogal 🗒 | uras |
| | | | | | | Presider | nte da | Turma | | ALDO | ıssinaturas, acesse https://ubir |
| OBSEDI | VAÇÕES | | | | | | | | | | * |
| ODSER | VAÇUES | | | | | | | | | RON | car a validade das |
| | | | | | | | | | | oor 1 pessoa: | dade |
| | | | | | | | | | | ssəc | valic |
| | | | | | | | | | | بر 1 | ar a |
| | | | | | | | | | | <u> </u> | iji G |
| | | | | | | | | | | inado | a verifi |

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

213587432 - 15/10/2021. Autenticação: 69D09FF1DA71F4CDB6FEA238C12159562192E16. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secre Geral. Para validar este documento, acesse http://jucisrs.rs.gov.br/validacao e informe nº do protocolo 21/3587643A3raraspádigoste292gurantas Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



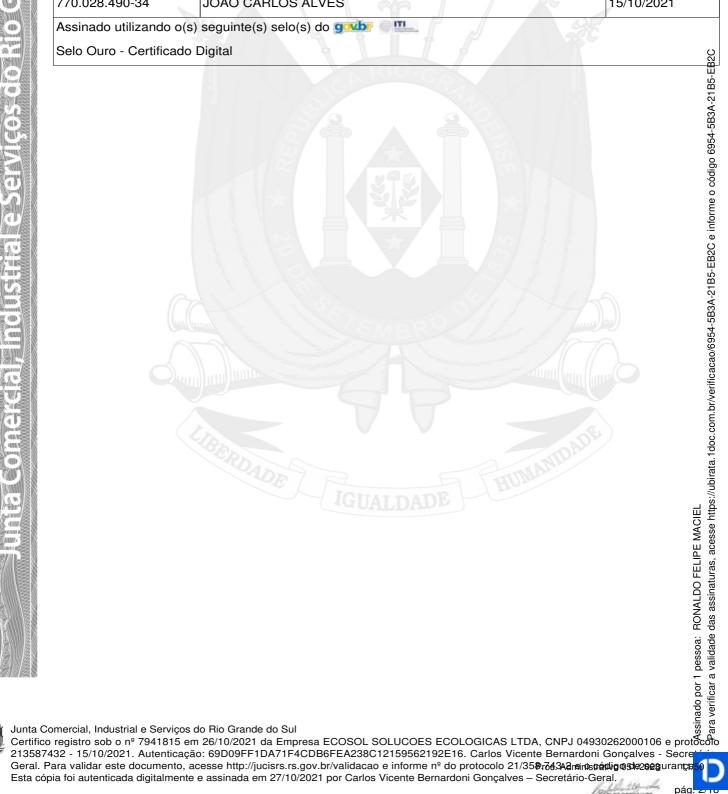
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

| Identificação do Pro | cesso | |
|----------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 21/358.743-2 | RSE2100358817 | 15/10/2021 |

| Identificação do(| s) Assinante(s) | |
|---------------------|-----------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | 15/10/2021 |
| Assinado utilizando | o(s) sequinte(s) selo(s) do motiv | |





13a ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA.

GLADIS TERESINHA MENDES DA ROCHA, brasileira, divorciada, empresaria, residente e domiciliada na Rua Pedro Elesbão da Silveira, nº 4515, Bairro Rincão da Palmeira, em Santo Antônio da Patrulha, RS, CEP 95.500-000, portadora da cédula de identidade nº 8007971611, expedida pela SSP/RS e inscrita no CPF sob o nº 509.661.540-53, neste ato representado por seu procurador JOÃO CARLOS ALVES, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC sob o nº RS-065668/O-3, nascido em 29/10/1970, residente e domiciliado na Rua Ernesto Alves, nº 1650, Bairro Recreio, em Taquara, RS, CEP 95.600-354, portador da cédula de identidade nº 3033912373, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob n° 770.028.490-34.

identidade n° 3033912373, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob n° 770.028.490-34.

Unica sócia componente da SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA denominada ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA., com sede na Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu, RS 030, n° 195, bairro Passo dos Ramos, em Santo Antônio da Patrulha, RS, CEP 95.500-000, inscrita no CNPJ sob n° 04.930.262/0001-06, NIRE 43204824571, resolve, de comum acordo, alterar e consolidar seu contrato social, que se regera pela legislação civil aplicável e, supletivamente, no que couber, pela Lei das Sociedades Anônimas, mediante as seguintes clausulas e condições:

PRIMEIRA

DA EXTINÇÃO DE FILIAL

Fica extinta a filial 01, localizada na Avenida Paraiso do Luz, s/n, Bairro Balneário Ibiraquera, em Imbituba, Estado de Santa Catarina, CEP 88.780-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.930.262/0002-97, NIRE nº 42900903052.

SEGUNDA

DA CONSOLIDAÇÃO

A seguir efetua-se a consolidação das cláusulas com as alterações procedidas neste instrumento, passando a sociedade a reger-se pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DE CLÁUSULAS

CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA

DA DENOMINAÇÃO

A sociedade opera sob o nome empresarial de ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA. CNPJ 04930282000106 o portocologo de Rio Grande do Sul Catarina, CIDA. CNPJ 04930282000106 o portocologo de Rio Grande do Sul Catarina, Cida Sul



SEGUNDA

DA SEDE

A sede social da empresa fica na Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu, RS 030, nº 195, bairro Passo dos Ramos, em Santo Antônio da Patrulha, RS, CEP 95.500-000.

Parágrafo único

A sociedade, por deliberação da administração, pode instalar e/ou extinguir filiais, escritórios, postos de venda, agências e outras dependências, bem como, nomear representantes em qualquer localidade do território nacional e no exterior, obedecidas às disposições legais vigentes.

TERCEIRA

DOS OBJETIVOS

A sociedade tem os seguintes objetivos sociais:

- a) A fabricação de outras maquinas e equipamentos, pegas e acessórios (CNAE 2829-1/99);
- b) O comercio atacadista de maquinas e equipamentos para uso industrial; partes e pegas (CNAE 4663-0/00);
- c) O comercio de maquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios (CNAE 2825-9/00);
- d) A Instalação de maquinas e equipamentos industriais (CNAE 3321-0/00);
- e) O comercio varejista de automóveis, camionetas e utilitários novos (CNAE 4511-1/01);
- f) O comercio varejista de automóveis, camionetas e utilitários usados (CNAE 4511-1/02);
- g) O comercio atacadista de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados (CNAE 4511-1/03);
- h) O comercio atacadista de caminhões novos e usados (CNAE 4511-1/04);
- i) Outras atividades profissionais técnicas e cientificas (CNAE 7490-1/99);
- j) A coleta de resíduos não perigosos (CNAE 3811-4/00);
- k) A gestão de aterros sanitários (CNAE 3821-1/00);
- I) A operação de depósitos de lixo e aterros sanitários para disposição de resíduos não perigosos (CNAE 3821-1/00);
- m) 0 tratamento e disposição de resíduos não perigosos (CNAE 3821-1/00);
- n) Os serviços de coleta, transporte e remoção de lixo urbano (CNAE 3811-4/00);
- o) A usina de compostagem (CNAE 3839-4/01);
- p) Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios (CNAE 2822-4/01);
- q) Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios (CNAE 2822-4/02).

verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/6954-5B3A-21B5-EB2C e informe o código 6954-5B3A-21B5-EB2C ssinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

A sociedade iniciou suas atividades em 11 de dezembro de 2001 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

QUINTA

DO CAPITAL

O capital social da empresa e de R\$ 26.460.000,00 (vinte e seis milhões e quatrocentos e sessenta mil reais), dividido em 26.460.000 (vinte e seis milhões e quatrocentos e sessenta mil) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios da seguinte forma e proporção:

| Sócio | Quotas | Valor |
|-------------------------------------|------------|-------------------|
| GLADIS TERESINHA MENDES DA ROCHA | | |
| Sua quota de capital | 26.460.000 | R\$ 26.460.000,00 |
| TOTAL DO CAPITAL SOCIAL | 26.460.000 | R\$ 26.460.000,00 |

Parágrafo primeiro

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo segundo

As quotas de capital social não poderão ser nomeadas a penhora e nem gravadas com ônus de qualquer natureza.

SEXTA

DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pela sócia administradora **GLADIS TERESINHA MENDES DA ROCHA**, já qualificada no preâmbulo.

Parágrafo primeiro

O administrador fica investido dos poderes necessários para a prática de todos os atos e operações relativas aos fins da sociedade, representá-la em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo fazer uso do nome empresarial.

Parágrafo segundo

Em todos os casos de administração será suficiente a assinatura isolada do administrador, inclusive para aquisição, alienação ou oneração de qualquer bem imóvel, podendo outorgar escrituras públicas e firmar recibos para a transferência de veículos.

Parágrafo terceiro

É facultado ao administrador constituir mandatários da sociedade.

Parágrafo quarto

Os administradores e/ou sócios que prestarem serviços à empresa, mesmo sem poderes de administração, poderão perceber *pró-labore*, que será definido na reunião social que deliberará sobre as contas sociais.

Parágrafo quinto

É facultada a nomeação de administrador não sócio.

3



Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

SÉTIMA

DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o inventário, o balanço patrimonial e o balanço do resultado econômico.

OITAVA

DA APURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

O lucro ou prejuízo apurado ao final de cada exercício será atribuído aos sócios na proporção de suas respectivas quotas.

Parágrafo primeiro

Os lucros existentes na sociedade poderão ser distribuídos aos sócios ou levados a reservas, segundo o que decidir a maioria do capital social.

Parágrafo segundo

A sociedade poderá levantar balancetes/balanços intercalares e proceder à distribuição total ou parcial dos lucros existentes naquela data, na forma da lei.

Parágrafo terceiro

Os eventuais prejuízos serão compensados com lucros existentes, com lucros futuros, ou reposto pelos sócios.

Parágrafo quarto

Poderá ser elaborado Acordo Social, dispondo sobre participação desproporcional ao capital, desde que os sócios prejudicados concordem expressamente com a distribuição pretendida e que sejam atendidos os requisitos legais.

NONA

DA MORTE DE SÓCIOS

A sociedade não entrará em dissolução e/ou liquidação por morte de sócios, desde que a maioria do capital social, representada pelos sócios remanescentes e os sucessores do sócio falecido queiram dar prosseguimento aos negócios.

Parágrafo primeiro

No caso de morte de sócio, os sucessores ingressarão na sociedade, exceto se a maioria do capital social, representada por sócios remanescentes e sucessores, recusar o ingresso de algum dos sucessores.

Parágrafo segundo

Os sucessores de sócio falecido poderão optar por não ingressar na sociedade em até 30 (trinta) dias do trânsito em julgado do inventário que lhe conferiu as quotas.

Parágrafo terceiro

Ocorrendo as situações descritas no final do parágrafo primeiro ou no parágrafo segundo, a sociedade se resolverá em relação ao sócio retirante sendo seus haveres e o respectivo pagamento efetuados na forma prevista na cláusula que define o valor das quotas e seu pagamento.



DÉCIMA

DA RESOLUÇÃO EM RELAÇÃO A SÓCIO OU EXCLUSÃO DE SÓCIO

Quando a sociedade resolver-se em relação a um ou mais sócios, ou quando um sócio for dela excluído, o valor de seus haveres e o respectivo pagamento será efetuado na forma prevista na cláusula que define o valor das quotas e seu pagamento.

Parágrafo único

Poderá ser excluído da sociedade o sócio que estiver colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade.

DÉCIMA PRIMEIRA

DO VALOR DAS QUOTAS E SEU PAGAMENTO

O valor da empresa, para efeito do que dispõem as cláusulas de morte de sócios, resolução em relação a sócio ou exclusão de sócio, será determinado através de um balanco de determinação, levantado na data do desligamento do sócio.

Parágrafo primeiro

Para fins de apuração do balanço de determinação os imóveis da empresa serão avaliados a valor de mercado, os demais direitos pelo custo de aquisição e as obrigações pelo valor apropriado.

Parágrafo segundo

O valor de cada quota será determinado pelo valor do patrimônio liquido apurado no balanço de determinação dividido pelo número de quotas efetivamente integralizadas.

Parágrafo terceiro

Os haveres serão determinados pela multiplicação do número de quotas integralizadas do sócio retirante, pelo valor de cada quota apurado conforme dispõe o parágrafo anterior.

Parágrafo quarto

O sócio retirante/excluído será pago em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, corrigidas pela variação do IGP-M/FGV desde a data do balanço de determinação até a data do efetivo pagamento. O vencimento da primeira parcela ocorrerá na data da assinatura da alteração contratual, constituindo aquele instrumento em título executivo extrajudicial.

DÉCIMA SEGUNDA

DA CESSÃO DE OUOTAS

É vedado aos sócios ceder suas quotas a sócios ou a pessoas estranhas à sociedade, total ou parcialmente, sem o cumprimento dos requisitos descritos nesta cláusula.

Parágrafo primeiro

O sócio que quiser ceder quotas deverá remeter uma opção de venda à administração da empresa, de forma escrita, indicando o preço, a quantidade, condições de pagamento e nome do pretendente, se houver. Caberá a sociedade o direito de preferência para aquisição das quotas, no todo ou em parte. O direito de

preferência transfere-se aos sócios, proporcionalmente as suas participações no capital social da empresa, na parcela em que este direito não for exercido pela sociedade. As sobras de sócios que não exercerem suas preferências serão transferidas aos demais sócios, sempre na proporção de suas quotas.

Parágrafo segundo

A administração convocará reunião social, a realizar-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias do recebimento da proposta, para deliberar sobre o exercício do direito de preferência pela empresa.

Parágrafo terceiro

Havendo saldo de quotas, não adquiridas pela empresa, os sócios deverão manifestar-se pelo exercício de seu direito no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião social que deliberou sobre o assunto.

Parágrafo quarto

A opção de venda obriga o autor da proposta perante a sociedade, sócios e terceiros pretendentes.

Parágrafo quinto

No caso de alienação de quotas sociais que impliquem transferência do controle social da sociedade a terceiros além da prévia oportunizarão de compra a própria sociedade e a seus sócios, nas condições previstas no contrato social, o sócio ofertante devera também oportunizar a opção de compra das quotas sociais a empresa ECOETER - TECNOLOGIA DE EMBOLSAMENTO DE RESIDUOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 10.645.126/0001-77, NIRE 43206324206, para atendimento ao direito de preferência estabelecido no Protocolo de Cisão Parcial da ECOSOL SOCUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA., para criação daquela sociedade cindida.

Parágrafo sexto

Se a sociedade, sócios ou a empresa citada no parágrafo anterior não se interessarem pela aquisição das quotas ou parte delas, a transferência das mesmas a terceiros fica livre, respeitado o disposto nesta clausula.

Parágrafo sétimo

Em todos os casos em que houver transferência de quotas, deverá ser elaborada alteração contratual no prazo de 15 (quinze) dias da realização do negócio, sob pena de desfazimento do negócio.

Parágrafo oitavo

Não estarão sujeitas às disposições normativas da presente cláusula as transferências de quotas a título de doação gratuita em favor de descendentes de sócios, bem como as relativas à venda ou incorporação à sociedade de administração de bens, desde que o controle de capital e de voto permaneça nas mãos do cedente ou de seus descendentes.

DÉCIMA TERCEIRA

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações se darão em reunião social ou através de documento firmado por todos os sócios.

DÉCIMA QUARTA

DA REUNIÃO DOS SÓCIOS

As reuniões dos sócios serão convocadas através de aviso postal (AR), correio eletrônico ou de forma pessoal e escrita.

Parágrafo primeiro

Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem espontaneamente a reunião.

Parágrafo segundo

Havendo dissidência ou recusa em receber a convocação, a mesma será feita por notificação extrajudicial, cabendo as custas da diligência àquele que recusar o recebimento da convocação.

Parágrafo terceiro

Não havendo deliberação pelo arquivamento da ata extraída da reunião, o documento será mantido como documento interno da empresa, exceto nas situações que a lei determinar seu arquivamento, situação em que a administração deverá tomar esta providência.

DÉCIMA QUINTA

DO DESIMPEDIMENTO

Os administradores, já qualificados, declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, nos termos do artigo 1.011, § 1º do Código Civil.

DÉCIMA SEXTA

DO FORO

Para dirimir toda e qualquer divergência que por ventura surgir entre os sócios, fica eleito o foro da comarca de Santo Antônio da Patrulha, RS, renunciandose a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justos e de perfeito acordo entre si, assinam o presente instrumento, em via única, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Antônio da Patrulha, RS, 01 de outubro de 2021.

GLADIS TERESINHA MENDES DA ROCHA P.P. JOÃO CARLOS ALVES



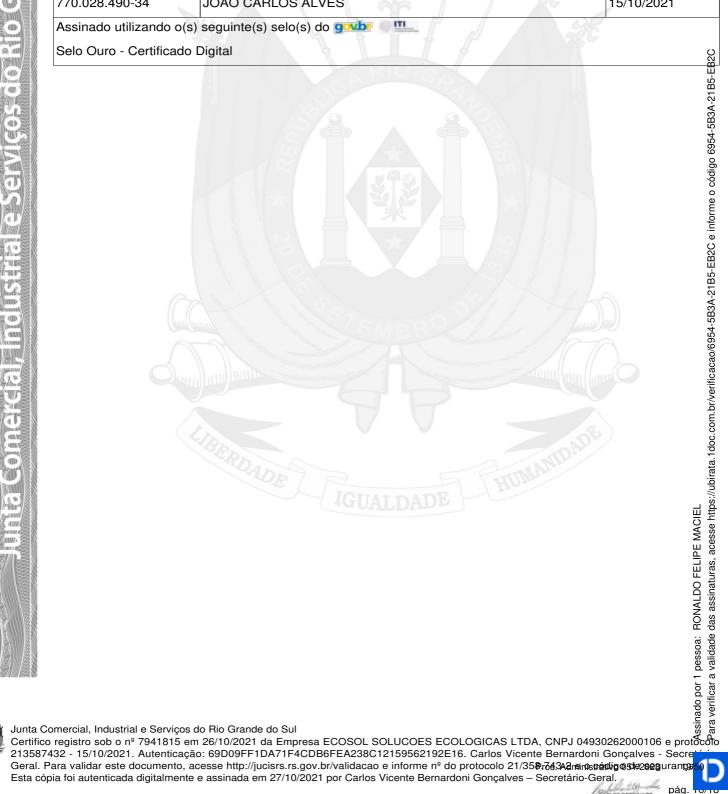
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

| Identificação do Pro | cesso | |
|----------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 21/358.743-2 | RSE2100358817 | 15/10/2021 |

| Identificação do(s) | Assinante(s) | |
|-------------------------|-------------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | 15/10/2021 |
| Assinado utilizando o(s | s) seguinte(s) selo(s) do gouis 💮 🖳 | 44 |





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

GLADIS TERESINHA MENDES DA ROCHA, brasileira, divorciada, empresaria, residente e domiciliada na Rua Pedro Elesbão da Silveira, nº 4515, Bairro Rincão da Palmeira, em Santo Antônio da Patrulha, RS, CEP 95.500-000, portadora da cédula de identidade nº 8007971611, expedida pela SSP/RS e inscrita no CPF sob o nº 509.661.540-53.

OUTORGADO:

JOÃO CARLOS ALVES, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC sob o nº RS-065668/O-3, nascido em 29/10/1970, residente e domiciliado na Rua Ernesto Alves, nº 1650, Bairro Recreio, em Taquara, RS, CEP 95.600-354, portador da cédula de identidade nº 3033912373, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob п° 770.028.490-34.

Por este instrumento particular, o OUTORGANTE constitui procurador o OUTORGADO, a quem confere coderes especiãos para: PROCEDER TÓDOS OS TIPOS DE ALTERAÇÃO EM EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, SOCIEDADE LIMITADA E EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA TAIS COMO, INGRESSAR, ADMITIR E RETIRAR SÓCIO(S), SUBSCREVER E INTEGRALIZAR CAPITAL SOCIAL, NOMEAR ADMINISTRADOR SÓCIO, CEDER, ADQUIRIR, COMPRAR, VENDER E TRANSFERIR QUOTAS SOCIAIS A TÍTULO GRATULTO OU ONEROSO PARA TERCEIROS, DAR QUITAÇÃO, ALTERAR TITULARIDADE DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, AUMENTAR CAPITAL SOCIAL, REDUZIR CAPITAL SOCIAL, ALTERAR OBJETO SOCIAL, ALTERAR ENDEREÇO DE EMPRESA, PROCEDER ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAL, ALTERAR NOME EMPRESARIAL, CONSOLIDAR CONTRATO SOCIAL E ATO CONSTITUTIVO DE EIRELI, DECLARAR PARA FINS DE DESIMPEDIMENTO PARA EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO CONFORME ART, 1.011, § 1º CC/2002 E ENQUADRAMENTO DE PORTE DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA, TRANSFORMAÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA, LIQUIDAR E EXTINGUIR EMPRESA, PRESTAR COMPROMISSO DE GUARDA DE LIVROS E DOCUMENTOS, INDICAR RESPONSÁVEL PELO ATIVO E PASSIVO PORVENTURA REMANESCENTES, DECLARAR, RERRATIFICAR, REPRESENTAR *em atas e deliberações de EMPRESAS e* SOCIEDADES de que seja sócio, BEM COMO ASSINAR FÍSICA OU DIGITALMENTE POR MEIO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL OS RESPECTIVOS ATOS E OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À EFETIVAÇÃO DO ATO A SER APRESENTADO A ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL, assinar livros e arquivamento de livros na Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio grande do Sul, representá-lo, perante a JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO

Santo Antônio da Patrulha, 01 de outubro de 2020.

GLADIS TERESINHA MENDES DA ROCHA

- Clinstrumismo de procuração <u>não goderá jeridada posterior ad ato.</u>

- O Respublicamento da firma do representanto lega da Outorgante junto ao Tabel chato de Notas será somente **por autenticidade.**- Para a prática do tais aros, o Outorgado deverá, assinar digitalmente a documentação, com certificado digital, de segurança mínima tipo A3 emitido por entidade credenciada psía Infraestrutura de Chaves Públicas Brasiloira - ICP Brasil. amitido por entidade precenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasiloira «ICP Brasil.







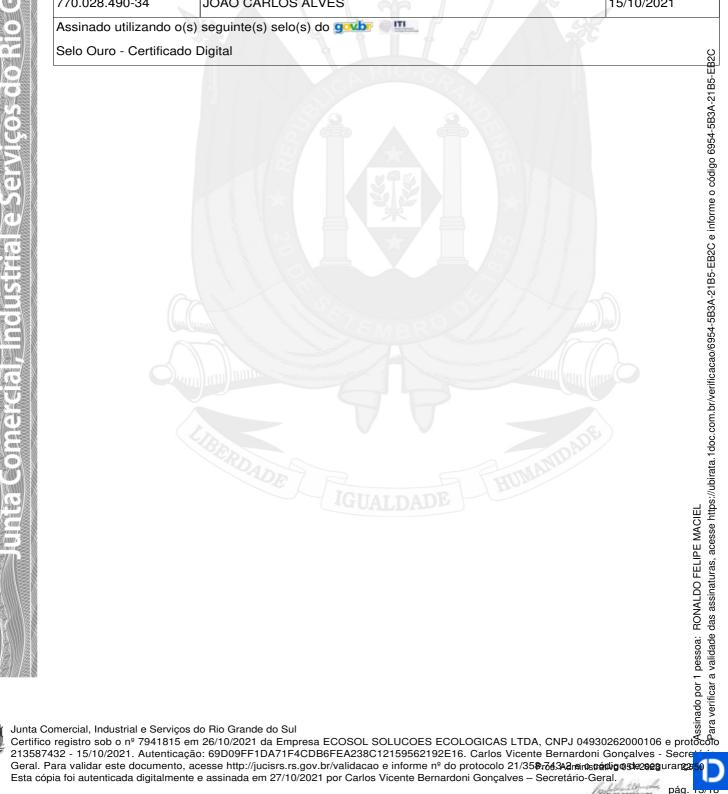
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

| Identificação do Pro | cesso | |
|----------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 21/358.743-2 | RSE2100358817 | 15/10/2021 |

| Identificação do(s | s) Assinante(s) | |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | 15/10/2021 |
| Assinado utilizando d | o(s) seguinte(s) selo(s) do gouis | A 25K |





DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS ANEXADOS AO REGISTRO DIGITAL NA JUCISRS

Eu, JOÃO CARLOS ALVES, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CRC sob o n° RS-065668/O-3, nascido em 29/10/1970, residente e domiciliado na Rua Ernesto Alves, n° 1650, Bairro Recreio, em Taquara, RS, CEP 95.600-354, portador da cédula de identidade nº 3033912373, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob nº 770.028.490-34, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos em papel digitalizados apresentados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul -JUCISRS - SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Santo Antônio da Patrulha, 01 de outubro de 2021.

JOAO CARLOS ALVES

Assinado digitalmente por certificação A3

ssinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL



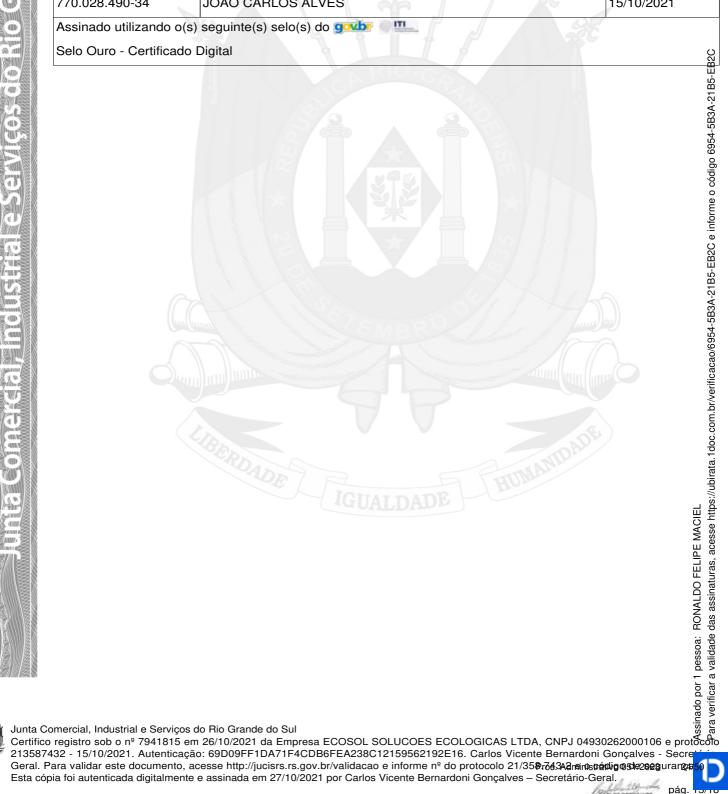
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

| Identificação do Pro | cesso | |
|----------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 21/358.743-2 | RSE2100358817 | 15/10/2021 |

| Identificação do(s | s) Assinante(s) | |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | 15/10/2021 |
| Assinado utilizando d | o(s) seguinte(s) selo(s) do gouis | A 25K |







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Rio Grande Do Sul Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA, de CNPJ 04.930.262/0001-06 e protocolado sob o número 21/358.743-2 em 15/10/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7941815, em 26/10/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Marcia Gonzalez Somensi.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/ imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | | |
|---|-----------------------------|-----------------|
| CPF | Nome | Data Assinatura |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | 15/10/2021 |
| | o(s) seguinte(s) selo(s) do | 100000 |
| Assinado utilizando Selo Ouro - Certific | | |

Documento Principal

| Documento Timerp | | Assinante(s) | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|--------------|-----------------|--|--|
| Assinance(s) | | | | | |
| CPF | Nome | | Data Assinatura | | |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | | 15/10/2021 | | |
| Assinado utilizando | o o(s) seguinte(s) selo(s) do | ibr om | III D | | |
| Selo Ouro - Certificado Digital | | | | | |

| Anexo | | | | | | |
|----------------------|-------------------------------|-----------------|--|--|--|--|
| Assinante(s) | | | | | | |
| CPF | Nome | Data Assinatura | | | | |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | 15/10/2021 | | | | |
| Assinado utilizando | o o(s) seguinte(s) selo(s) do | 1,741,16 | | | | |
| Selo Ouro - Certific | cado Digital | | | | | |

| Anexo Assinante(s) | | | | | |
|--------------------|--------------------------------|-----------------|--|--|--|
| CPF | Nome | Data Assinatura | | | |
| 770.028.490-34 | JOÃO CARLOS ALVES | 15/10/2021 | | | |
| Assinado utilizan | do o(s) seguinte(s) selo(s) do | | | | |
| Selo Ouro - Certi | ficado Digital | | | | |

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 01/10/2021



A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 21/358.743-2.



ara verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/6954-5B3A-21B5-EB2C e informe o código 6954-5B3A-21B5-EB2C ssinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL

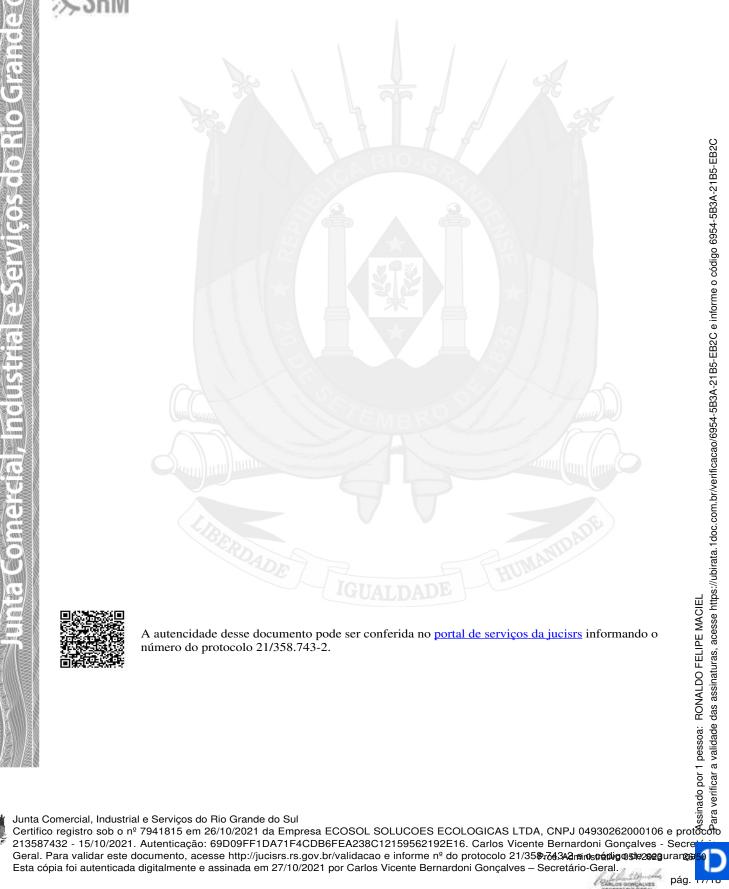


Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM Governo do Estado do Rio Grande Do Sul Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Marcia Gonzalez Somensi, Servidor(a) Público(a), em 26/10/2021, às 19:46.







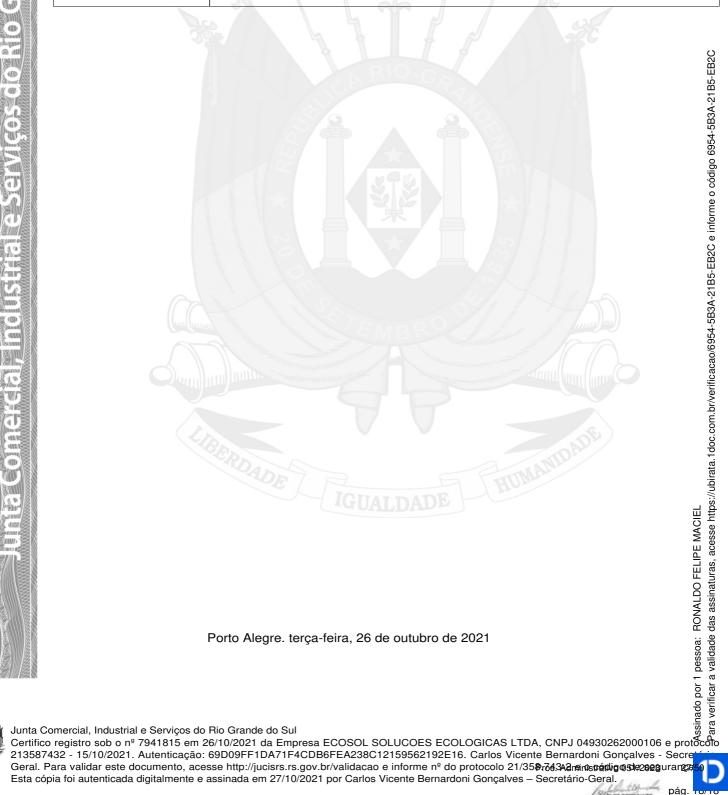


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) As | ssinante(s) |
|------------------------|-------------------------------------|
| CPF | Nome |
| 193.107.810-68 | CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES |







Ao Município de Úbirata / PR A/C Adriana gabinete@ubirata.pr.gov.br

DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO AO INCISO XXXIII DO ART. 7" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Empresa: Ecosol Soluções Ecológica Ltda

Endereço: Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu - RS 030, nº 195, bairro Passos dos Ramos, na cidade de

Santo Antônio da Patrulha - RS CNPJ: 04.930.262/0001-06 Fone: (51) 3662-8500

E-mai: marlon@ecosol.com.br

1) declara, sob as penas da Lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 12 de abril de 2023.

ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA CNPJ n 04/9301262/0001-06 Márlon Viana Fernandes Analista de licitações CPF n 961.762.530-04

ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA

Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu – RS 030, nº 195 – Passo dos Ramos Santo Antônio da Patrulha / RS - CEP: 95.500-000 – Fone / Fax: 51 3662-8515 / 3662-8545 E-mail: licitacao@ecosol.com.br



Ao Município de Ubirata / PR A/C Adriana gabinete@ubirata.pr.gov.br

DECLARAÇÃO DE NÃO NEPOTISMO

Empresa: Ecosol Soluções Ecológica Ltda

Endereço: Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu - RS 030, nº 195, bairro Passos dos Ramos, na cidade de

Santo Antônio da Patrulha - RS CNPJ: 04.930.262/0001-06 Fone: (51) 3662-8500

E-mai: marlon@ecosol.com.br

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 12 de abril de 2023.

ECOSOL SOLUÇÕES EÇOLÓGICAS LTDA CNPJ n 04.930 262/0001-06 Márlon Viana Fernandes Analista de licitações CPF n 961.762.530-04

ECOSOL SOLUÇÕES ECOLÓGICAS LTDA

Rodovia Cristóvão Pereira de Abreu – RS 030, nº 195 – Passo dos Ramos Santo Antônio da Patrulha / RS - CEP: 95.500-000 – Fone / Fax: 51 3662-8515 / 3662-8545

E-mail: licitacao@ecosol.com.br





Proposta Comercial 206

Biguaçu, 24/03/2023

À

Município de Ubirata A/C Fabio

CNPJ: 76.950.096/0001-10

e-mail: gabinete@ubirata.pr.gov.br

Prezado(a) Cliente,

A Guindasul, concessionária exclusiva marca IMAP / ARGOS, para o Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresenta através desta sua proposta comercial para o fornecimento de peças conforme descrito abaixo:

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

| Item | Quantidade | Unidade | Descrição | Marca | Valor unitário | Valor total | |
|------|------------|---------|-------------|-------------------|----------------|--------------|--|
| 01 | 01 | Unidade | Cesto fibra | IMAP R\$ 6.300,00 | | R\$ 6.300,00 | |
| | | | I | | Valor total | R\$ 6.300,00 | |

- Pagamento: 30 dias

- Frete: Por conta do cliente

- Entrega: 45 dias após a confirmação do pedido

- Validade da proposta: 15 dias

Atenciosamente,

Gindasul - Diretor IPJ 93,829.927/0001-83

Rivelino P. Vieira (48) 9 9972-1701

Guindasul Com. de Guindastes Ltda - EPP (Matriz)
Rua Cônego Rodolfo Machado - Nº 1965 - Bairro Rio Caveiras - CEP 88160-000 - Biguaçu - SC (48) 3243-4513 - Site: www.guindasulguindastes.com.br - contato@guindasulsc.com.br

Orçamento:

Fax:

30 DIAS

ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA

Fone: 51-3662-8500

CNPJ: 04.930.262/0001-06

I.E.: 1140072401

E-mail: contabilidade@ecosolsolucces.com.br

Hora:

Lógica

645

11:59:51

Página:

Orçamento

ORCAMENTO PRODUTOS PADROES

05/04/23 Data Orçamento: 24/03/23 24/03/23 Data Previsão: Data Validade:

3563 MUNICIPIO DE UBIRATA CNPJ/CPF: 76.950.096/0001-10

I.E.: ISENTO 6.102

CFOP: VENDA MERC. ADQUIRIDA TERCEIROS

gabinete@ubirata.pr.gov.br E-mail:

004 CLIENTE FINAL 17%S/C Tabela de Venda:

Modalidade Cobrança: 02 COBRANCA BANCARIA AV NILZA DE OLIVEIRA PIPINO, 1.852

Endereço de Entrega:

CX. POSTAL 24 Complemento:

UBIRATA Cidade Entrega: Depósito:

ECOSOL SOLUCOES ECOLOGICAS LTDA

Bairro: CENTRO

Contato:

UF: PR CEP: 85440-000

% Frete: 0,00

Transportadora: Redespacho:

0 0

Valor Frete:

ADRIANA

Fone: (44) 3543-1260

Condição de Pagto:

0,00 T.Frete: CIF

ITENS / PRODUTOS

| Qtde, Código | Descrição | UM | Unitário | Frete | Vir. Total | %IPI | Vir. IPI |
|---------------|--|---|-------------|-------|------------|-------|----------|
| 1,000 AD03796 | CESTO FIBRA NAD-ISOLADO | UN | 5.720,60 | 0,00 | 5.720,60 | 0,0 | 0,00 |
| - / / X | ATTACK TO STATE OF THE PARTY OF | 100000000000000000000000000000000000000 | Valor Total | itens | A PORTE | 5 | 5.720,60 |
| | | | Valor IPI | | | | 0,00 |
| | | | Valor Desco | onto | | Ste W | 0,00 |
| | | TO THE REAL PROPERTY. | Valor Frete | | | | 0,00 |
| | | | Valor Despe | sa . | | 45.50 | 0,00 |
| | | | Valor TOTAL | | | 5 | 720,60 |

Ass. Cliente: MUNICIPIO DE UBIRATA

CNPJ/CPF:

76.950.096/0001-10

PECAS

Ass. Repres. / Vended

1950 dos Ramos da Santo António da

Assinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL

IMAP INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 87.857.629/0001-30

J.E.: 1140029140

Fone: 51-3662-8500

E-mail: imap@imap.com.br

Orçamento

Data Orçamento:

PROPOSTA COMERCIAL

24/03/23

4059 PREF.MUN.DE UBIRATA

CNPJ/CPF: 76.950.096/0001-10

24/03/23

I.E.: ISENTO

Data Validade: Contato:

FABIO

Fone: 44-3543-1260

Condição de Pagto:

UM

UN

05/04/23

Orçamento:

CFOP:

E-mail:

Cliente:

6.102

VENDA MERC. ADQUIRIDA TERCEIROS

Cidade Entrega:

Depósito:

gabinete@ubirata.pr.gov.br

Tabela de Venda: Modalidade Cobrança: 01 EM CARTEIRA Endereço de Entrega:

004 PECAS CLIENTE FINAL

AV NILZA DE OLIVEIRA PIPINO, 1852

Data Previsão:

Bairro: CENTRO

AVISTA

UBIRATA

IMAP INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

UF: PR CEP: 87501-000 % Frete: 0,00

0,00 T.Frete: FOB

.0 Transportadora: Redespacho: 0

TENS / PRODUTOS

1,0000 AD03796

Qtde. Código

Descrição

CESTO FIBRA NAO-ISOLADO

Unitário

6.111,00

Valor Frete:

Frete 0,00

VIr. Total %IPI 6.111,00

0.0

Valor Total Itens Valor IPI Valor Desconto Valor Frete Valor Despesa Valor TOTAL

0,00 \$,00 8,00 18,00 6.116,00

0.00 0.00

6.115,00

04/04/23

09:19:07

3189

Data: Hora:

Página:

Lógica

Fax: 44-3543-1260

Ass. Cliente: PREF.MUN.DE UBIRATA CNPJ/CPF: 76.950.096/0001-10

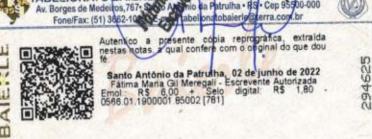
> PECAS IMAP

Ass. Repres. / Vended

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/6954-583A-2185-EB2C e informe Assinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL









Assinado por 1 pessoa: RONALDO FELIPE MACIEL



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6954-5B3A-21B5-EB2C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

RONALDO FELIPE MACIEL (CPF 018.XXX.XXX-05) em 14/04/2023 14:54:09 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/6954-5B3A-21B5-EB2C

Proc. Administrativo 1- 051/2023

De: Viviane R. - SEMAD-SP

Para: GP - Gabinete do Prefeito

Data: 17/04/2023 às 08:23:03

Setores (CC):

GP, SEMAD-SP

Por se tratar de contratação direta, não cabe licitação Global.

_

Viviane C. Ciciliato Retamero Assistente administrativo

Proc. Administrativo 2- 051/2023

De: Fábio D. - GP

Para: SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

Data: 24/04/2023 às 13:59:24

Setores (CC):

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

_

Fábio DalécioPrefeito de Ubiratã





Proc. Administrativo 3- 051/2023

De: Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 25/04/2023 às 08:40:20

Setores envolvidos:

GP, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMSUP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT

requisição 202 - dispensa para aquisição de cesto aéreo para o caminhão da iluminação publica

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, <u>poder discricionário do Gestor Municipal.</u>

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

Cristiane Fatima Zolin Contadora



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 84A6-7D20-2D48-6574

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CRISTIANE FATIMA ZOLIN (CPF 088.XXX.XXX-02) em 25/04/2023 08:40:30 (GMT-03:00)
Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

PAULO PEREIRA MOURA (CPF 070.XXX.XXX-20) em 25/04/2023 10:54:43 (GMT-03:00)
Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/84A6-7D20-2D48-6574

Proc. Administrativo 4- 051/2023

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 28/04/2023 às 09:32:03

Segue para minuta.

_

Altair da Silva Pereira

Proc. Administrativo 5- 051/2023

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

Data: 28/04/2023 às 09:37:42

Setores (CC):

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Prezada,

Venho através deste, solicitar parecer jurídico referente a legalidade da contratação, prazo, motivação dentre outros,

de acordo com a minuta em anexo.

De acordo com o pedido apresentado, a contratação dar-se por Dispensa, Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Para tanto, segue anexo minuta do termo e documentação para análise.

Altair da Silva Pereira

Anexos:

CESTO_AEREO_URBANOS.docx





Proc. Administrativo 6- 051/2023

De: Bruna M. - PGM-ASSEJUR

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 03/05/2023 às 10:48:41

Setores envolvidos:

GP, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMSUP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGM-AL

requisição 202 - dispensa para aquisição de cesto aéreo para o caminhão da iluminação publica

Segue anexo parecer jurídico.

Att

Bruna Correa Malheiro Advogada Pública

Anexos:

PJ_202_2023_dispensa_cesto.pdf

PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 202/2023

OBJETO: Aquisição de cesto fibra aéreo para o caminhão da iluminação pública.

Trata-se de um parecer jurídico referente a solicitação de licitação nº 196/2023, consistente na formalização de procedimento na modalidade indicada de dispensa de licitação, referente à aquisição de cesto fibra aéreo para o caminhão de iluminação pública.

A justificativa da contratação encontra-se anexa a requisição.

Desde logo, cumpre destacar que a Assessoria Jurídica não cabe analisar o mérito da contratação. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, quanto aos aspectos jurídicos envolvidos.

No presente caso, há que se ressaltar que a licitação de obras, serviços e compras e alienações passou a ser uma exigência constitucional para toda a Administração Pública, direta indireta e fundacional ressalvados os casos específicos na legislação pertinente, constante no inciso XXI, do art. 37 da Constituição Federal de 1988, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos temos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5°, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Segundo o

constitucionalista Alexandre de Morais, "a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos particulares, numa situação de igualdade".

Em que pese à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O artigo 24, da Lei 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Tendo em vista o valor da contribuição, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei declarou-a como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório.

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade, sendo que, os valores da contratação devem ser checados pela comissão de licitação.

A Lei nº 8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Nesse caso, portanto, o legislador entendeu que, em função do valor financeiro envolvido, não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração, devendo ser verificado a disponibilidade financeira para tal contribuição.

Em circunstâncias como essas, não pode o apego à legalidade estrita impedir a adoção de soluções extraordinária, embora consentâneas ao regime jurídico de Direito Público. Além de sedimentar o princípio da legalidade como mandamento de juridicidade administrativa, o agir administrativo, para que seja válido e eficaz em consonância como

o modelo desenvolvido pela Constituição de 1988, depende de um comprometimento com o enfrentar dos paradoxos que a realidade empírica, complexa, possa demandar.

Com relação à minuta do termo trazido à colação para análise, tem-se que, os mesmos, estão de acordo com os dispositivos legais pertinentes, estando presente as informações e cláusulas elencadas como essenciais pela Lei nº 8.666/93. No mais, pela análise jurídica não foram detectadas irregularidades ou contrariedade à legislação pertinente.

Desta forma, da análise racional e jurídica, tem-se que a Dispensa de Licitação preenche os requisitos exigidos pala legislação vigente, se fazendo necessária, porém, para maior lisura do processo, a juntada de notas fiscais aptas a comprovação dos valores.

É o parecer. Ubiratã, 03 de maio de 2023.

Bruna Correa Malheiro Advogada Pública OAB/PR 88.976



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3524-2561-3E9E-5EF0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✔ BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 03/05/2023 10:49:21 (GMT-03:00)
Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/3524-2561-3E9E-5EF0

Proc. Administrativo 7- 051/2023

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 03/05/2023 às 11:15:51

Segue para assinatura do termo.

Proc. Administrativo 8- 051/2023

De: Altair P. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 03/05/2023 às 11:16:35

Segue anexo termo assinado.

_

Altair da Silva Pereira

Anexos:

TERMO_ASSINADO.pdf



TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO № 51/2023

- 1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6072/2023.
- 2. OBJETO: Aquisição de cesto fibra aéreo para o caminhão da iluminação pública.
- 3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- FORNECEDOR: ECOSOL SOLUÇÕES ECOLOGICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.930.262/0001-06, com sede na Rodovia Cristovão Pereira de Abreu - RS 030, nº 195, bairro Passos dos Ramos, na Cidade de Santo Antônio da Patrulha - RS.
- **5. VALOR**: R\$-5.720,60 (Cinco Mil Setecentos e Vinte Reais e Sessenta centavos).
- 6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 03/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 03 de maio de 2023.

FABIO DE **OLIVEIRA** DALECIO:6007 DALECIO:60076020959
Dados: 2023.05.03 6020959 //

Assinado de forma digital por FABIO DE OI IVFIRA

11:15:15 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO Prefeito de Ubiratã

Proc. Administrativo 9- 051/2023

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-DCOM - Divisão de Compras

Data: 08/05/2023 às 09:37:13

Setores (CC):

SEMAD-DCOM, SEMAD-SP

Publicação do termo de dispensa no jornal oficial do município

_

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

Publicacao_jornal.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2023

EDIÇÃO ESPECIAL 1.757- ANO: XVIII

Página 5 de 6

www.ubirata.pr.gov.br

PORTARIA № 285, DE 3 DE MAIO DE 2023

Concede licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Portaria de Designação nº 7, de 2 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a servidora Simone dos Santos Coelho, ocupante do cargo de Servente de Limpeza, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, com efeitos retroativos a 02/05/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEI EDSON DALLA CORTE

PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO № 6074/2023

PREGÃO ELETRÔNICO № 56/2023

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇAS PARA UTILIZAÇÃO NOS EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h15min do dia 17 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal. Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h15min do dia 17 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br/. Ubiratã, Paraná, O3 de maio de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO № 6075/2023

PREGÃO ELETRÔNICO № 57/2023

O Município de Ubiratã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BRIGADISTAS PARA UTILIZAÇÃO NOS EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h15min do dia 17 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal. Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h15min do dia 17 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/.

 $O\ edital\ e\ seus\ an exos\ poder\~ao\ ser\ obtidos\ nos\ sites\ www.ubirata.pr.gov.br\ e\ https://www.gov.br/compras/pt-br/.$

Ubiratã, Paraná, 03 de maio de 2023.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO № 51/2023

- 1. PROCESSO LICITATÓRIO №: 6072/2023.
- 2. OBJETO: Aquisição de cesto fibra aéreo para o caminhão da iluminação pública.
- 3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 4. FORNECEDOR: ECOSOL SOLUÇÕES ECOLOGICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.930.262/0001-06, com sede na Rodovia Cristovão Pereira de Abreu RS 030, nº 195, bairro Passos dos Ramos, na Cidade de Santo Antônio da Patrulha RS.
- 5. VALOR: R\$-5.720,60 (Cinco Mil Setecentos e Vinte Reais e Sessenta centavos).
- 6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 03/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 03 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 23/2023

- 1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6073/2023.
- 2. OBJETO: Repasse de recursos para APAE referente à Resolução SESA 875/2022
- 3. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, Caput da Lei Federal № 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 4. FORNECEDOR (A): Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubiratã, inscrita no CNPJ nº 77.845.287/0001-85, com sede na Avenida João Medeiros, S/N, Área Industrial I, Ubiratã -PR.
- 5. VALOR: R\$-17.366,67 (Dezessete mil trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).
- 6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 03/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 03 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

TERMO DE INEXIGIBILIDADE № 24/2023

- 1. PROCESSO LICITATÓRIO №: 6076/2023.
- 2. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de suporte técnico e manutenção mensal para ferramenta de gestão e controle do sistema Engegov Governança e obras públicas, destinado à Secretaria de obras.
- 3. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade com fundamento no art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial